

QUARTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAMPINAS
TERMO DE AUDIENCIA

PROCESSO No. 1.349/95-0

Aos treze dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e sete, às 12:55 horas, na sala de audiências desta Junta, sob a presidência do MM. Juiz do Trabalho, DR. LEVI ROSA TOMÉ, presentes os Senhores JONAS APARECIDO DE MORAIS, Juiz Classista Representante dos Empregados e RUBENS FERNANDO CADETTI, Juiz Classista Representante dos Empregadores, foram por ordem do MM. Juiz Presidente, apregoados os litigantes: EVANDRO RICARDO SOUZA VIANA E OUTROS (2), reclamantes e FEPASA FERROVIA PAULISTA S/A., reclamada.

Ausentes as partes. Prejudicada a última proposta de conciliação. Submetido o processo a julgamento, feito o relatório e colhidos os votos dos Senhores Juizes Classistas, a Junta proferiu a seguinte

S E N T E N Ç A

EVANDRO RICARDO SOUZA VIANA, MARCELO GIL CANUTO e WALTER ROCHA DE OLIVEIRA, qualificados à fl. 05, ajuizaram reclamação trabalhista contra FEPASA - FERROVIA PAULISTA S/A., qualificada à fl. 02, formulando pedidos de adicional de periculosidade ou insalubridade, bem como seus reflexos nos demais títulos contratuais, tendo em conta a sua exposição a agentes insalubres e perigosos durante a prestação laboral, sem que a reclamada tivesse efetuado tal pagamento. Atribui à causa o valor de R\$ 250,00 e junta os documentos de fls. 05/34.

Em regular contestação, a reclamada argui prescrição e nega tenham os obreiros laborado em condições insalubres ou perigosas na empresa, destacando o correto fornecimento de equipamentos tendentes a neutralizar eventuais agentes nocivos ou perigosos. Impugna os demais pleitos formulados, inclusive verba honorária, juntando os documentos de fls. 44/46.

Manifestação dos reclamantes quanto à defesa e documentos apresentados à fl. 51.

Laudo pericial às fls. 56/63, complementado às fls. 73/75 e 132/133, com manifestações das partes às fls. 66/69, 70/71, 78 e 87/127.

Prova oral, consistente no depoimento dos reclamantes e oitiva de duas testemunhas às fls. 128/130.

Encerrada a instrução processual.
Inconciliados.
é o relatório.

D E C I D E - S E .

Prescritos estão eventuais créditos em disputa, anteriores a 21/11/90, nos termos do artigo 70., XIX, "a" da atual Constituição Federal.

O laudo pericial produzido nestes autos, inicialmente deu conta da existência de insalubridade em grau médio nas funções desenvolvidas pelos reclamantes, em face de sua exposição a ruído excessivo, conforme fixado no anexo 1 da NR 15, e temperaturas superiores aos parâmetros estabelecidos no anexo 3 da mesma NR 15 (fl. 63).

Inicialmente, o laudo técnico também não detectou a incidência de periculosidade nas funções desenvolvidas pelos laboristas (fl. 63).

Após impugnações levadas a efeito pelas partes, bem como a juntada de laudos periciais realizados em outros processos, referentes ao mesmo local de trabalho, o Sr. Perito explica que verificou a existência de quantidade de material inflamável no local de trabalho dos reclamantes, de forma a caracterizá-lo como área de risco; não mencionando tais constatações no laudo pericial, em face de a petição inicial não postular adicional de periculosidade por tal fundamento (fl. 132).

Com efeito, e com a devida venia do zeloso Perito, que bem desenvolveu o mister que lhe foi confiado, o Processo do Trabalho tem na singeleza de forma uma de suas características fundamentais, até porque, atribui às próprias partes o "jus postulandi". O princípio da instrumentalidade das formas encontra aplicação ampla na seara trabalhista, conforme se vê do artigo 794 consolidado, que apenas reconhece nulidade quando desta resultar manifesto prejuízo aos litigantes.

No caso específico dos autos, os obreiros, de fato, postularam o pagamento de adicional de periculosidade, dizendo de sua exposição a riscos elétricos, na conformidade com o previsto na Lei 7.369/85 (confira-se fl. 03).

Contudo, nada impede e tudo aconselha que, argüida a periculosidade em Juízo, todos os fatos geradores

de tal direito sejam pesquisados pela perícia, ainda que a inicial não tenha sido explícita a seu respeito.

Não se perca de vista o caráter eminentemente técnico de que se revestem os pleitos de adicional de periculosidade e insalubridade, tanto que somente por prova técnica específica tais questões poderão ser dirimidas, conforme explicitamente determina o parágrafo 2o. do artigo 193 da CLT. Aliás, se imperasse rigorismo formal em questões de gênero, o empregado necessitaria realizar perícia para saber quais os agentes nocivos ou perigosos existem em seu local de trabalho, para depois postular as reparações consectárias.

O Egrégio Tribunal Superior do Trabalho já entendimento em tal sentido, conforme se vê do 293 de sua súmula, que embora diga respeito a de insalubridade possui a mesma "ratio":

.. Adicional de insalubridade. Causa de pedir - agente nocivo diverso do apontado na inicial. A verificação mediante perícia de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, não prejudica o pedido de adicional de insalubridade."

Assim sendo, é entendimento deste Colegiado, que ainda que a causa da periculosidade ou da insalubridade detectada, não tenha sido denunciada na inicial, pode o Juízo deferir o adicional respectivo, sem que com isso esteja a proferir sentença extra petita.

Por sua vez, essa conclusão tirada pelo Sr. Vistor, sobre a caracterização do local de trabalho dos obreiros como área de risco, nos moldes do Anexo 2 da NR 16, em nenhum momento foi impugnada pela reclamada, que embora ciente de tais esclarecimentos prestados pelo Perito Judicial, quedou-se silente.

De outra parte, os laudos periciais juntados pelos reclamantes reforçam a conclusão do Sr. Perito, no sentido do enquadramento de tal local, como área de risco prevista no anexo 2 da NR 16, em face do armazenamento de substâncias inflamáveis ali. Aliás, o só fato do estacionamento de locomotivas no local, já abastecidas (fl. 129), também caracteriza o local como área de risco por armazenamento de inflamáveis (fl. 129).

Nos termos do artigo 436 do CPC e da NR- 16, anexa à Portaria 3.214/78, procede o pleito de adicional de periculosidade, condenando-se a reclamada ao seu pagamento, em relação a todos os reclamantes, no importe equivalente a 30% de sua remuneração, conforme delimitado pelo parágrafo 1o. do artigo 193 da CLT, durante o período imprescrito, com

abrangência de parcelas vincendas; além de reflexos em férias e décimos terceiros salários.

Os valores de condenação deverão ser apurados na liquidação de sentença, com observância da prescrição ora reconhecida.

A dobra salarial prevista no artigo 467 consolidado não tem aplicação ao caso dos autos. Todos os pleitos formulados são controvertidos.

Honorários advocatícios impertinentes. Não verificada a hipótese prevista no artigo 14 da Lei 5.584/70. O fato da assistência sindical, só por si, não faz enquadrar tal hipótese aos parâmetros legais.

Posto isso, a Quarta Junta de Conciliação e Julgamento de Campinas, por maioria de votos, vencido o Exmo. Sr. Juiz Classista Representante dos Empregados, que entende pertinente a verba honorária com fulcro no artigo 133 da atual Constituição Federal, julga **PROCEDENTE EM PARTE** a presente reclamação trabalhista movida por **EVANDRO RICARDO SOUZA VIANA E OUTROS (2)**, contra **FEPASA FERROVIA PAULISTA S/A.**, para condenar a reclamada ao pagamento de **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E REFLEXOS**, tudo na forma da fundamentação, parte integrante deste dispositivo. Os valores de condenação deverão ser apurados em liquidação de sentença, permitida a dedução pela reclamada das contribuições previdenciárias e fiscais pertinentes ao reclamante. Juros e correção monetária na forma da lei, consideradas as épocas próprias de exigibilidade do crédito. Custas pela reclamada, calculadas sobre o valor da condenação, ora arbitrado em R\$ 15.000,00 e no importe de R\$ 300,00. As contribuições previdenciárias cabíveis deverão ser recolhidas pela reclamada na forma dos provimentos 02/93 e 01/96 da CGJT, sob pena de oficiar-se ao órgão previdenciário competente. Honorários periciais a cargo da reclamada, vencida na pretensão objeto da perícia, no importe de R\$ 450,00 atualizáveis quando do efetivo pagamento. Intimem-se as partes. Nada mais.

LEVI ROSA TOMÉ
JUIZ DO TRABALHO

JONAS APARECIDO DE MORAIS RUBENS FERNANDO CADE
JUIZ CLASSISTA-EMPREGADOS JUIZ CLASSISTA-EMPREGADOS

DIRETORA DE SECRETARIA
2094 MARIA COSTA DELFINO
Diretora da Secretaria